

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.146 - SP (2019/0354596-5)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIAN RICARDO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIAN RICARDO DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do Agravo em Execução n.º 0007072-96.2019.8.26.0026.

Consta nos autos que o Paciente cumpre pena privativa de liberdade de 15 (quinze) anos, 2 (dois) meses e 2 (dois) dias de reclusão, em razão da prática dos crimes de roubo circunstanciado (duas vezes), lesão corporal e resistência, com data de término da pena prevista para 10/04/2025, e obteve a progressão ao regime ao regime aberto em 08/08/2019.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (fl. 167):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – Progressão de regime (do semiaberto para o aberto) – Deferimento pelo Juízo da execução – Recurso ministerial – Pretendida cassação da r. decisão – Necessidade de realização de exame criminológico – Procedência – Sentenciado que cumpre pena por roubo qualificado, lesão corporal e resistência – A progressão prematura do sentenciado aumenta a probabilidade do retorno à vida delitiva – Necessidade de verificação do requisito subjetivo com maior acuidade – Regressão ao regime semiaberto para submissão prévia do agravado a exame criminológico – Agravo provido."

Neste writ, a Defensoria Pública alega que a legislação de regência "*não mais exige o prévio parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de progressão de regime, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional*" (fl. 4).

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta que o indeferimento da progressão ao regime aberto caracteriza constrangimento ilegal, pois estão preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do benefício e a fundamentação utilizada pelo Colegiado paulista não encontra amparo legal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar o acórdão impugnado, mantendo a progressão de regime deferido ao Paciente.

É o relatório inicial. Passo à análise do pedido urgente.

In casu, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial, sob a seguinte fundamentação (fls. 168-171):

"O recurso comporta provimento.

Verifica-se que o sentenciado cumpre pena de 15 anos, 02 meses e 02 dias de reclusão pela prática do crime de roubo qualificado (duas vezes), lesão corporal e resistência, com data de vencimento prevista para 10/04/2025, ou seja, há um longo caminho de pena a percorrer.

O cumprimento do requisito objetivo para progressão ao regime aberto é incontroverso. Cumpre analisar, portanto, o requisito subjetivo.

O sentenciado foi promovido ao regime aberto sem que fosse realizado exame criminológico, subordinando a progressão de regime ao atestado de boa conduta carcerária, apurado quando do cumprimento da r. decisão.

De fato, decisões meramente lastreadas em considerações a respeito da longevidade da pena imposta ao condenado e gravidade em abstrato do delito praticado se mostram extremamente simplistas, pois se exige do Magistrado uma consideração mais aprofundada do caso concreto.

Entretanto, temos que o atestado de bom comportamento carcerário, por si só, não se mostra suficiente a possibilitar que o reeducando obtenha o benefício pretendido. Não se mostra suficiente ao menos para apontar que o agravado esteja efetivamente preparado para o retorno à vida em sociedade.

[...]

No presente caso, o sentenciado foi autor de crimes de manifesta gravidade, suficientes para revelar, ao menos por ora, maior periculosidade e personalidade desajustada.

Portanto, se faz necessária a realização de uma análise detalhada, elaborada pela Comissão Técnica de Classificação, apta a avaliar as condições psicológicas do sentenciado para, assim, avaliar o mérito para receber ou não a benesse pleiteada.

Salienta-se que não se pode dar maior preponderância ao

Superior Tribunal de Justiça

comportamento carcerário em detrimento da análise do perfil psicológico do reeducando, sob pena de o Magistrado se tornar mero homologador do ato.

Quer-se dizer, com isso, que caberá ao Magistrado efetuar uma análise mais apurada acerca de outras condições subjetivas a serem atendidas pelo sentenciado, sempre que assim entender necessário.

Portanto, é insuficiente o Atestado Comprobatório de Comportamento Carcerário, emitido pela Secretaria da Administração Penitenciária.

Assim, de rigor a revogação da r. decisão, para cassar a progressão concedida para realização de exame criminológico.

Ante o exposto, pelo meu voto, dou provimento ao agravo interposto pelo Ministério Público, para cassar a r. decisão que concedeu a progressão ao regime aberto, com retorno imediato do agravado ao regime semiaberto e realização de exame criminológico."

No caso, observo, em juízo de cognição sumária, que estão preenchidos os requisitos para a concessão de provimento liminar, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Embora na hipótese tenha sido ressaltada a ausência do requisito subjetivo, o Colegiado a quo não declinou elementos concretos, ocorridos durante o cumprimento da pena, que apontassem desabono ou demérito do Paciente – o que não é admitido pela jurisprudência desta Corte.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITOS ADIMPLIDOS. DETERMINADA A PRÉVIA REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO SEM ADEQUADA FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A despeito de o Magistrado da execução penal não estar adstrito aos termos do atestado de bom comportamento carcerário, não pode o indeferimento da progressão de regime estar calcado em fundamentos que não guardam correlação com o cumprimento das penas impostas ao sentenciado ou não possuam contemporaneidade com a situação prisional hodierna.

2. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 525.451/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019.)

Ante o exposto, DEFIRO a liminar para suspender os efeitos do acórdão

Superior Tribunal de Justiça

impugnado, restabelecendo a decisão do Juiz da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Bauru/SP – DEECRIM 3.^a RAJ, proferida no Processo n.º 0007072-96.2019.8.26.0026.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeiro grau, com o encaminhamento de cópia desta decisão.

Devidamente instruídos os autos, dispense as informações.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

